

2. O Brasil e a Petrobras

2.1. Aspectos culturais do povo brasileiro

Para verificarmos como o brasileiro é representado na publicidade da Petrobras retomamos a literatura clássica sobre o assunto. Assim, examinamos as principais características do povo deste país segundo alguns pensadores da nossa identidade para descobrirmos no capítulo três se a Petrobras retrata o brasileiro de acordo com o que será estudado aqui.

“Na época da descoberta, achamento ou invasão do Brasil surgiram descrições cada vez mais minuciosas das novas terras” (Ribeiro, 2006:52). Tomo emprestadas as palavras relativizadoras da versão oficial da nossa colonização para buscar as origens étnicas e culturais da população do país. Reconstituir a complexidade deste processo, contudo, é uma tarefa limitada, uma vez que só temos acesso ao testemunho do colonizador. É o conquistador português que relata não só as façanhas da matriz lusitana e da colonização do Brasil como também é através da voz dele que são narradas as experiências com os índios, os negros e os neobrasileiros resultantes do cruzamento entre as raças.

Nenhum outro povo do Velho Mundo se achava tão bem preparado para se lançar à exploração regular e intensa de novas terras como os portugueses. Os lusos eram dados à aventura e ao resultado final mais do que ao trabalho lento e gradual. “O que o português vinha buscar era, sem dúvida riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, a que tinha se acostumado alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos” (De Holanda, 2007:49). Portugal chegou a ter um controle tão grande do Oceano Índico que quem quisesse atravessá-lo teria que solicitar um salvo-conduto às autoridades portuguesas. Os lucros excepcionais que as atividades de plantar cana e fabricar açúcar para exportação proporcionaram – com a mão-de-obra escrava – compensavam o esforço.

O nome *Brazil* é geralmente identificado com o pau-de-tinta, árvore da qual se extrai um corante vermelho utilizado para tingir tecidos e fabricar tintas de

escrever. O nome, porém, é anterior a chegada dos colonizadores a este território - documentos e lendas portuguesas revelam a existência de uma ilha chamada Brasil. Ao chegarem aqui, os portugueses encontraram um povo nativo de aproximadamente cinco milhões de índios, em sua maioria de fala tupi, com quem entraram em conflito imediatamente. Os índios viviam basicamente da agricultura, da qual retiravam alimentos, condimentos, venenos e matérias-primas para seus artefatos e as diferentes tribos indígenas viviam em guerra entre si (Ribeiro, 2006). Gilberto Freyre (2006) considera bem-sucedida a experiência portuguesa em terras brasileiras: para ele os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam e seria de formação portuguesa a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência.

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana a partir do século XVII. A caçada na África, travessia e venda dos negros constituiu-se em um grande negócio para a colônia, absorvendo ao menos metade do valor gerado pelo comércio de açúcar. Para Darcy Ribeiro (2006), os negros recém-chegados não exerceram papel de destaque e influência na protocélula cultural brasileira, pois ao chegar já encontraram uma estrutura social delimitada, tendo que se enquadrar passivamente nela.

A captura dos escravos em sua terra natal era feita por acaso e nos navios negreiros e senzalas brasileiros se encontravam dezenas de etnias rivais e dialetos tribais não inteligíveis uns aos outros. À uniformidade de cor não correspondia a uma uniformidade lingüístico-cultural, o que poderia estimular a formação de núcleos solidários entre os escravos. O negro foi agente da europeização, aprendendo e difundindo a língua do colonizador para poder se comunicar com seus iguais e ensinando aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e os costumes aos quais estava se incorporando. Ainda assim, se não pode exercer influência nas formas de adaptação, não apenas por sua liberdade cerceada, mas também pelos aspectos tecnológicos e ambientais diferentes do que estavam acostumados; ou pela associação entre os iguais, limitada pela condição de escravidão, o negro logrou imprimir a sua marca no plano ideológico por seu mundo particular, mantendo vivas crenças religiosas, práticas mágicas, reminiscências rítmicas e musicais e preferências culinárias oriundas da África,

difundidas muito limitadamente (Ribeiro, 2006), mas que foram capazes de imprimir ao Brasil características bastante peculiares, que serão traduzidas nos anúncios da Petrobras.

Para Ribeiro (2006) é bastante provável que o brasileiro comece a se reconhecer como tal mais pela falta de identificação com seus ancestrais que pela sua identificação com os membros das comunidades socioculturais novas. O português, por mais que se identificasse com as terras novas, gostava de ser tido como parte da gente metropolitana e assim também considerava seu filho. Mas o brasilíndio e o afro-brasileiro eram não-europeus, não-índios e não-negros. Foi necessário buscar para si uma identidade grupal reconhecível para deixar de ser ninguém. Os mulatos e mamelucos, não podendo identificar-se com o que foram seus ancestrais americanos – que eles desprezavam – nem com seus ancestrais europeus – que os desprezavam – viram-se destinados a ser brasileiros. Com o passar dos anos e a abolição da escravidão, os mulatos, negros, índios e mamelucos ou eram brasileiros ou não eram nada. Os mestiços formavam a maioria da população que passou a ser identificada como brasileira.

A construção coletiva de uma nova identidade deve ter consistência cultural e social o suficiente para torná-la viável a seus membros e reconhecível aos seus e aos demais. Essa representação brasileira precisa ser, também, suficientemente coesa no plano emocional para integrar os seus membros numa entidade unitária, apesar da imensa diversidade interna dos seus integrantes, muitas vezes maior do que suas semelhanças. A construção da brasilidade não foi imposta ou conquistada facilmente, mas sim construída e constantemente revista ao longo dos séculos, num processo dialético no qual os brasileiros constituem a sua identidade e por ela são compostos.

“O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa também pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem. (...) Só por esse caminho todos eles chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença à certa identidade coletiva” (Ribeiro, 2006: 119).

Segundo o censo 2007 do IBGE¹ o Brasil possui mais de 180 milhões de habitantes. Do ponto de vista demográfico e estatístico, a estrutura da família brasileira vem sofrendo fortes mudanças e ao mesmo tempo, tem sido marcada pela permanência de alguns aspectos durante as últimas cinco ou seis décadas, que possivelmente serão retratadas na publicidade da Petrobras. No capítulo seis do quarto volume de *História da Vida Privada no Brasil*, que trata dos arranjos familiares no Brasil, Elza Berquó (2000) constata que a família nuclear – formada por um casal com ou sem filhos – segue sendo o tipo de arranjo familiar predominante, mas a quantidade de membros desta família foi reduzida. Houve crescimento sensível do número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais – caracterizados pela presença de um pai com filhos ou mãe com filhos, que podem vir a residir com outros parentes. O número de separações e divórcios aumentou, a média de idade para casar foi mantida e cresceu o número de uniões não legalizadas. Os ganhos na expectativa de vida ao nascer, ao longo das décadas, foram responsáveis pela redução no número de pessoas viúvas no espectro conjugal e a idade média no ato do casamento legal sofreu pouquíssimas alterações. Contudo, para a autora, a maior transformação ocorrida na família brasileira nos últimos 50 anos não foi em sua forma, mas sim em seu conteúdo – houve um rearranjo nos padrões de relacionamento entre os membros da família, como um progressivo aumento da importância da mulher e a passagem de um modelo de família hierárquica para uma família mais igualitária.

A população brasileira retratada nos anúncios da Petrobras se espalha por uma área de cerca de 8.500.000 km². O Brasil é um país essencialmente urbano: de acordo com dados de 2005 do IBGE², o Brasil conta com 84,2% da sua população vivendo em área urbana.

A vastidão do território brasileiro, tanto em latitude quanto em longitude, abriga um extraordinário mosaico de ecossistemas produzido não só por uma ampla diversidade climática como também topográfica. Estas características limitaram ao longo da história as diversas formas de ocupação e uso pela sociedade dos espaços moldados pela natureza do país, conformando, em linhas

¹ disponível em <http://www.ibge.gov.br>

² *idem*

gerais, as cinco grandes regiões geográficas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

As atividades econômicas desenvolvidas no Brasil estiveram em sua história fortemente relacionadas com a exploração dos recursos naturais em seu território. Os espaços geográficos do território foram sendo diferenciados e ocupados a medida que o mercado mundial demandava produtos com possibilidades e vantagens concretas de exploração. A implantação de várias atividades exportadoras ao longo de diferentes momentos históricos explica não somente a forma de ocupação do espaço geográfico brasileiro como também a construção de sua diferenciação regional.

O estabelecimento da hegemonia política do centro-sul do Brasil reforçou o pacto de poder político em torno de interesses comprometidos não mais com funções relacionadas ao extrativismo mineral e vegetal, mas com atividades articuladas na esfera financeira e industrial e cuja expansão pressupunha, agora, também, a formação de um mercado interno e o uso intensificado dos recursos naturais em escala nacional. A região sudeste foi o principal lócus do processo de urbanização do país e recebeu maior parte de investimentos empresariais do Estado e dos setores privados nacionais e transnacionais (IBGE, 2002).

A nova dinâmica implicou na hegemonia do estilo urbano de vida, numa nova divisão social do trabalho e na expansão do setor terciário da economia. A ascensão das classes médias, surgidas a partir do realinhamento administrativo impulsionado pelo padrão organizacional das empresas nacionais e transnacionais são pivô da expansão do estilo de vida urbano. Este advento provocou o aumento das disparidades da concentração de riquezas no Brasil, uma vez que as classes médias representam base de apoio ideológico às classes dominantes.

A incorporação dos recursos naturais constituirá a condição central da ampliação da fronteira econômica do país após a saturação da concentração industrial e financeira em torno do núcleo paulista. Desta forma, embora obedecendo a lógicas e momentos diferenciados de expansão/inserção no mercado interno e externo, tanto as regiões periféricas mais próximas do planalto das araucárias do oeste do Paraná, como as mais distantes dos cerrados no planalto central além do Nordeste ou da Amazônia, foram incorporadas à fronteira de recursos do país. Este movimento ocorreu não só pela expansão horizontal de

extensas fronteiras agrícolas modernizadas - como no caso do oeste do Paraná, da Região Centro-Oeste e, mais recentemente, dos chapadões do oeste da Bahia e sul do Maranhão e Piauí – como também por meio de ilhas de extração mineral e projetos de agricultura irrigada no semi-árido nordestino (IBGE, 2002).

Ao movimento de incorporação de áreas ao espaço econômico nacional associou-se um processo de urbanização e de industrialização que significou, simultaneamente, a desconcentração econômica e demográfica rumo ao interior, resultando na expansão e adensamento da rede urbana nacional, que passou a contar com a presença de cidades grandes e também de numerosas cidades médias fora do eixo litorâneo de ocupação histórica do território brasileiro.

Desta forma, o Brasil chegou ao ano 2000 com 13 cidades acima de um milhão de habitantes. Além das duas metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro, com população superior a cinco milhões de habitantes, o país possui outras 11 metrópoles regionais que coincidem, em sua maior parte, com as capitais político-administrativas dos estados mais povoados da federação. Nesse grupo incluem-se as cidades de Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Brasília, que apresentam população superior a dois milhões de habitantes, além de Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre, Belém, Goiânia e Guarulhos (IBGE, 2002). Verificaremos mais tarde, no capítulo três, de que forma esta diversidade geográfica e demográfica brasileira está adequadamente representada na propaganda da Petrobras.

A diversidade brasileira também está presente na religião e, principalmente, no sincretismo religioso do povo brasileiro. As religiões compreendem um conjunto símbolos, práticas, ritos, valores, crenças e regras de conduta – ou seja, um sistema cultural – capaz de responder à situações-limite como vida e morte, além de questionamentos metafísicos e morais para os quais se torna necessário recorrer a um outro mundo para responder aos conflitos deste. Vamos retomar rapidamente as principais manifestações religiosas brasileiras e sua influência no cotidiano do povo retratado nos anúncios da Petrobras.

Segundo dados do recenseamento demográfico de 2000 do IBGE³ a população brasileira é majoritariamente cristã (89%), em maior parte católica.

³ disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Herança da colonização portuguesa e de suas missões jesuíticas, o catolicismo foi a religião oficial do Brasil até a Constituição de 1891, que instituiu o estado laico. O Brasil encontrou no catolicismo um conjunto de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e indubitavelmente hegemônicas que por quatro séculos definiram as interseções e limites entre a vida pública e a privada. 74% dos brasileiros se declaram católicos e as maiores festas populares da religião no Brasil são o Círio da Nossa Senhora de Nazaré, a Festa do Divino e peregrinações à Igreja de Nossa Senhora de Aparecida. A imbricação entre política e religião no Brasil permanece em grande parte dos feriados do país, comemorados em datas de festas católicas, como o Carnaval, o Nascimento e a Ressurreição de Cristo (Schwarcz, 2000).

O protestantismo é o segundo maior segmento religioso do país, abrangendo aproximadamente 26,2 milhões de pessoas e 15,4% dos fiéis. Cada linha religiosa tem plena autonomia administrativa e eclesiástica em relação às outras igrejas congêneres, mas todas fazem parte de um mesmo movimento religioso interno ao cristianismo, iniciado com a Reforma Protestante de Martinho Lutero, em 1517.

Nossa população conta ainda com 12,5 milhões de brasileiros (7,4% da população total) que se consideram ateus (que não crêem em Deus ou em nenhum deus), agnósticos (só admitem os conhecimentos da razão, não havendo evidências conclusivas contra e a favor de Deus) ou ainda, que declaram acreditar em um Deus sem estarem filiados a nenhuma religião específica. Todos estes grupos são resumidos ao termo “sem religião” para o IBGE. O país conta ainda com três milhões de espíritas, sendo considerado o maior país espírita do mundo, e com adeptos de diversas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, herança das tradições religiosas e culturais dos escravos⁴.

De modo geral, podemos dizer que as religiões no Brasil e no mundo contemporâneo ocidental estejam perdendo sua centralidade com relação à capacidade de conferir significado à existência do homem e suas experiências de vida, um processo que pode ser datado a partir da conquista do domínio técnico da Revolução Industrial. Hoje nos encontramos em uma sociedade cada vez mais dessacralizada e mais voltada para o indivíduo e para as práticas de mercado. Ou

⁴ dados do censo de 2000, disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>

seja, se a religião é um instrumento que nos transporta às questões do outro mundo, à origem do homem e o que existe de vida após a morte, o mundo contemporâneo está cada vez mais voltado a este mundo e ao presente momento. As questões humanas hoje são, em alguma medida, respondidas em pelo consumo, pela busca do prazer, o capitalismo e a psicanálise (Schwarcz, 2000).

Assim, a religião desempenha cada vez menos um papel relevante na vida privada e na vida social no Brasil, embora observemos a multiplicação de correntes religiosas no país, dispostas a atender aos mais diferentes caminhos e respostas dos fiéis brasileiros. No mundo moderno, o campo religioso não é mais o campo das religiões. A celebração, o fanatismo e o sentimento de pertencimento a um grupo, característicos das religiões, podem ser encontrados em outras formas de manifestação cultural como as agremiações das escolas de samba, as torcidas organizadas de times de futebol – as *nações* mangueirenses ou flamenguistas, da mesma forma que a violência contra os membros de nações rivais remete ao sacrifício expiatório das religiões. O consumo também representa uma forma alternativa de religiosidade contemporânea e este assunto será mais bem abordado no capítulo três.

Passamos agora ao estudo dos principais movimentos culturais brasileiros surgidos nos últimos séculos para tentar definir e explicar uma identidade brasileira, que serão retomados quando do estudo dos anúncios da Petrobras, pois muitas de suas características se encontram claramente referenciadas ainda no século XXI.

Em meio ao novo projeto de Brasil impulsionado pela industrialização de São Paulo, acontece a Semana de Arte Moderna de 1922, que marca o início do modernismo brasileiro. O movimento dialogava com o romantismo brasileiro, seu grande antecessor no âmbito de construção de uma identidade nacional, onde busca parâmetros para corrigir suas falhas e dar continuidade ao projeto de imaginário brasileiro. O modernismo prega a valorização das diferenças culturais entre países desenvolvidos e colonizados, pondo fim à suposta inferioridade e atraso culturais dos países de terceiro mundo, que segundo a ótica positivista ainda estariam em estágios de desenvolvimento anteriores aos experimentados pelos países ricos. Para o modernismo, a temporalidade causal, sucessiva e linear da ótica positivista sempre iria nos levar à conclusão de que somos atrasados em

comparação à Europa. Assim, seria preciso pensar o Brasil em um outro diapasão, onde sejamos entendidos de forma mais positiva. É necessário refazer e recontar a cultura (Andrade, 1978).

Se de um lado o modernismo privilegia as características culturais que nos diferenciam das culturas hegemônicas, de outro lado reconhece que no aspecto técnico, teríamos ainda bastante espaço para evoluir. A oposição “civilização x barbárie” não faz sentido para os modernistas, porque a nossa “barbárie” é positiva, mas também é preciso ter técnica, pois é um dos melhores triunfos que “civilização” ocidental produz. Oswald de Andrade propõe a figura do “bárbaro tecnicizado” em seu Manifesto Antropofágico (Andrade, 1978), inspirando os brasileiros a deglutir criticamente os elementos estrangeiros.

O romantismo brasileiro tem até hoje forte influência na cultura do nosso país, embora tenha sido criado para responder a tensões específicas da primeira metade século XIX. Se na Europa, a romantização das raízes nacionais se deu pelas figuras medievais, no Brasil, o mundo indígena e a natureza tal qual os surpreenderam os colonizadores foi a resposta a umas das primeiras construções de mitos de identidade nacional (Bosi, 1992). O momento era de desenvolvimento e contrastes gerados pelo estabelecimento da corte imperial na colônia e na posterior independência do país. Estas mudanças inspiravam a necessidade de entender o que era ser brasileiro, definir um começo histórico para a marcha em direção ao progresso e criar um projeto de cultura próprio: em sua versão brasileira, o romantismo expressava o patriotismo e o ufanismo do período com a necessidade de se criar uma cultura genuinamente brasileira, inspirando-se nas raízes pré-coloniais (Figueiredo, 2000).

O índio era visto como um herói nacional e a natureza e a figura feminina expressavam a origem, o surgimento da vida e a fonte de nutrição dos indivíduos. A figura do índio belo e forte se modelou em um regime conciliatório e até apologético ao colonizador, neutralizando a violência da conquista. As oposições reais são atenuadas por meio do mito do conquistador generoso e feudal e do conquistado, visto como súdito fiel e bom selvagem. A relação entre índio e branco é marcada por sacrifício e abandono, principalmente nos romances de José de Alencar. Este desprendimento é encarado como o cumprimento de um destino e é sempre apresentado em termos heróicos e idílicos. O sacrifício é espontâneo e

sublime. No romantismo, o ambiente natural era visto como algo divino e puro, mas que também estaria a serviço do nobre conquistador. O índio e a natureza configurariam a origem histórica da nação brasileira, rompendo com o colonialismo dos tempos pós-independência. Frequentemente nos romances, índio, mulher e natureza se fundem – como no conceito de “mãe natureza” – encerrando uma natureza humana, uma humanidade mais natural, a mulher cuja natureza é gerar a vida.

O romantismo surgiu a partir da literatura, foi disseminado e consolidado por diversos outros tipos de mídia e é frequentemente resgatado não apenas nas produções artísticas e manifestações culturais, mas também como artimanha política. A ditadura militar brasileira retomou muito do imaginário romântico não só ao estimular o nacionalismo e a xenofobia, mas também ao contrapor o esquerdismo ao sentimento nacional. Ser marxista ou comunista era ser adepto de ideologias estrangeiras, era não amar o Brasil. Seja por forças conservadoras ou contestadoras, os ideais românticos permaneceram vivos no imaginário brasileiro desde o século XIX e ainda o estão hoje em dia: basta lembrarmos-nos de grande parte dos enredos de escola de samba e marchinhas de carnaval. Podemos encontrar também alguns ícones românticos na representação do Brasil nas propagandas da Petrobras a serem estudadas.

Outro grande período de revisão do imaginário brasileiro se deu nos anos 60, período de inigualável conturbação política, econômica e social. O movimento tropicalista foi deflagrado em 1967, unindo ritmos brasileiros às guitarras elétricas execradas pelos artistas da música de protesto. Caetano Veloso e Gilberto Gil valorizaram a considerada alienada e colonizada Jovem Guarda e romperam com o que consideravam a ditadura do “bom gosto” de classe média, o isolamento internacional, o nacionalismo musical e o saudosismo bossa-novista, integrando a Música Popular Brasileira à Música Jovem. A proposta estética do movimento manteve acesa uma polêmica de grande alcance cultural em torno da oposição entre arte alienada e arte alienante.

A tropicália trazia uma alegria e sensualidade que pareciam descabidas em meio à repressão da ditadura, representando formas de pensar e viver que ainda não haviam sido codificadas pela sociedade da época. Se a música rompia com os padrões tradicionais, os trajes dos artistas tropicalistas também representam uma

ruptura com o padrão de vestuário vigente: os cantores cultivavam extensas cabeleiras, se fantasiavam de animais, trajavam roupas de plástico, colares de macumba, plumas e trajes étnicos africanos. Se a produção cultural de esquerda tinha uma visada utópica, o tropicalismo não se opunha a nada, não apontava a solução para os problemas políticos brasileiros – apenas propunha uma nova estética. A proposta de transformação não é para a nação brasileira, mas sim para o corpo, o particular, vindo de encontro ao movimento hippie que nascia na mesma época nos Estados Unidos. A tropicália apregoava uma sexualidade exuberante e a valorização do prazer.

Se a ditadura preconizava um projeto modernizador de Brasil, o tropicalismo valorizava o cafona, o exagero, o brega, o caipira, o carnaval e o tecnicismo arcaico, revisitando o lirismo tradicional brasileiro. Esta valorização das produções culturais regionais é bastante presente nas propagandas da Petrobras, como poderemos verificar mais à frente. O tropicalismo pretendia demonstrar que havia um Brasil *kitsh* dentro do Brasil moderno, rompendo com o gosto tradicional das camadas médias e seu padrão cultural de consumo de fácil assimilação: “Como *Alegria, Alegria*, a música de Gil define um procedimento de mistura próprio da linguagem carnavalesca, associado à prática antropofágica Oswaldiana” (Favaretto, 1996:20).

2.2. História do Brasil e da Petrobras

A década de 50 se apresentava para os brasileiros como o início da modernização do país. Entre 1945 e 1964, o Brasil vivia momentos decisivos em seu processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados que exigiam investimentos de grande porte, a intensificação de migrações internas e a aceleração da urbanização. Na década de 50, oito milhões de pessoas - ou cerca de 24% da população rural do país na época – migrou para as cidades (Schwarcz: 2000).

A atividade modernizadora do Brasil foi introduzida por Getúlio Vargas, que volta por voto popular direto ao poder em 1951 para um segundo mandato. Vargas defendia que seu governo representava o momento ótimo para a

implementação no país de uma democracia social, para a valorização do trabalho e para o encontro do Estado com a nação, por meio da liderança pessoal do presidente (Gomes & D'Araújo, 1989).

Vargas revisou a orientação promovida pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra e centrou suas ações na maior intervenção do Estado na economia, principalmente na infra-estrutura e indústrias de base. Sua posição nacionalista e estatizante, porém, teve que contar com a colaboração do capital estrangeiro, uma vez que o país carecia de recursos internos e sua proposta desenvolvimentista não abrangeu um programa organizado, como o do governo Kubitschek (Gomes & D'Araújo, 1989). No governo Vargas, contudo, foram criadas instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia Siderúrgica Nacional e também a Petrobras. A empresa, objeto de campanha de oposição ao Governo Vargas, foi inclusive mencionada na Carta Testamento que o presidente dirigiu ao povo brasileiro para explicar o seu suicídio, no segundo parágrafo do documento.

A Petrobras não nasceu, porém, sem suscitar um intenso debate que durou anos e mobilizou diversos setores da sociedade. Ao final da década de 40 foi criado o Estatuto do Petróleo, que determinava a regulação da indústria petrolífera pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP). A verba para exploração, produção e refino viria de fontes internas – mais precisamente, o lucro do CNP – e externas – como empréstimos de governos estrangeiros. As atividades no mercado interno estariam sob a responsabilidade do capital estrangeiro, porém o refino e o transporte ficariam sob o controle nacional. Os primeiros debates públicos sobre a questão do petróleo marcavam duas posições antagônicas: os defensores da cooperação internacional, chamada por seus opositores de “entreguista”, sustentavam que, em face da conjuntura da Guerra Fria, o Brasil deveria se aproveitar da necessidade que os Estados Unidos tinham de expandir suas fronteiras petrolíferas e oferecer atrativos para que empresas norte-americanas se instalassem no país e explorassem as jazidas nacionais, uma vez que o Brasil não teria recursos técnicos e financeiros para arcar com as atividades de exploração de petróleo; os nacionalistas representavam o outro pólo do debate, defendendo o monopólio brasileiro estatal em todas as fases da indústria de petróleo. Para eles, seria impossível conciliar os interesses desenvolvimentistas do país com os das

companhias estrangeiras, que visavam apenas obter os maiores lucros possíveis - a questão não era apenas econômica, mas também de poderio militar e soberania nacional. Este pensamento foi traduzido na palavra de ordem “O petróleo é nosso” (Moura, 2003).

O movimento pela criação da Petrobras envolveu inclusive Monteiro Lobato, escritor e Adido Comercial do governo brasileiro nos Estados Unidos, que fundou a Companhia Petróleos do Brasil e publicou vários livros sobre o assunto no país, inclusive infantis. “O poço do Visconde” foi publicado em 1937 e nele Lobato cria uma história onde o primeiro poço de petróleo brasileiro é perfurado pela Companhia Donabentense de Petróleo no Sítio do Pica-Pau Amarelo. No livro, o Visconde de Sabugosa ensina fundamentos de geologia para os personagens do Sítio – e para as crianças brasileiras (Paiva, 2006).

A campanha do petróleo ganhou adesão estudantil e sofreu ações de repressão policial com prisões, torturas e até morte. O movimento não teve grande apoio por parte da imprensa, ainda incipiente no país e foi capitaneado pela classe média, artistas e intelectuais do Brasil, obtendo apoio reduzido dos trabalhadores.

O Estatuto do Petróleo foi arquivado em 1951, por decisão da Câmara dos Deputados. Todavia, o consumo de derivados de petróleo havia praticamente triplicado entre 1945 e 1950, impulsionado pela expansão rodoviária do país. Este foi o desafio apresentado para Getúlio Vargas em seu novo governo. O presidente propôs, então, o desmembramento das funções do CNP, que passaria a concentrar unicamente as atividades de normatização e fiscalização do setor e seria criada uma nova empresa para a execução da política petrolífera. Assim, em dezembro de 1951 foi enviada ao Congresso a proposta de criação da Petrobras, empresa de capital misto cujo controle majoritário caberia à União, cujas atividades compreenderiam “a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo e seus derivados, inclusive xisto betuminoso bem como quaisquer atividades correlativas ou afins” (Moura, 2003:51). A proposta não reduziria o controle da empresa ao Estado, permitindo que até 10% das ações da holding permanecessem sob o controle estrangeiro. Novamente foi levantado o debate em torno do monopólio estatal e o projeto aprovado definia a fórmula de empresa mista, mas com um rígido monopólio estatal, reduzindo ao mínimo os direitos dos acionistas privados e vetando a participação dos capitais estrangeiros. A

distribuição ao consumidor final continuou franqueada a empresas estrangeiras já presentes no Brasil, como Shell, Esso e Texaco.

O projeto aprovado, então, foi bastante semelhante à proposta inicial de Vargas e deu-se fim ao debate entre nacionalistas e entreguistas, com a vitória dos primeiros. Assim, em três de outubro de 1954 foi sancionada a Lei nº 2004, que criava a Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por suas subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, exceto a distribuição.

O desenvolvimento econômico da década de 50 criou uma grande variedade de investimentos, principalmente no período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). O Plano de Metas de JK tinha como lema “50 anos em 5” e intentava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados como a indústria elétrica pesada, a química pesada, a automobilística, a siderúrgica e a indústria de construção naval. A construção de Brasília, a nova capital federal inaugurada em 21 de abril de 1960, foi a meta-síntese do plano de metas e símbolo máximo da era JK (Benevides, 1979).

Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964 conseguiu manter-se até o fim do mandato por meios constitucionais, configurando um atípico período de estabilidade política aliada ao alto índice de desenvolvimento econômico. “O governo Kubitschek foi uma tentativa bem sucedida de conciliação ente o velho e o novo” (Benevides, 1979), compatível com os interesses da elite, do Congresso, dos militares e das massas, unidos em prol do desenvolvimentismo. A harmonia, porém, é posta à prova no fim do governo quando o Exército passa a se preocupar seriamente com crescente envolvimento do PTB com as reivindicações populares, tidas como teses de esquerda e comunismo. Os anos 1961-64 foram época de um instável equilíbrio entre os partidos, configurando tanto a ruptura do pacto populista quanto a emergência da participação popular não tutelada na cena política. O governo de Jânio Quadros durou de janeiro a agosto de 1961, marcado por forte instabilidade institucional – agravada por sua renúncia e as dificuldades quanto à posse do vice-presidente João Goulart, vetada pelos militares por conta de sua alegada proximidade com o movimento sindical. A crise foi contornada com a instituição do sistema

parlamentarista pelo Congresso, que durou até 1963, quando um plebiscito restaurou o presidencialismo.

Sintonizado com a escalada nacionalista, o movimento sindical brasileiro crescia. Em 1957 foi fundado na Bahia - local da descoberta do primeiro poço de petróleo, o de Lobato, em 1939 - o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo, o primeiro da categoria no país, seguido pelo Sindicato de Petroleiros (Sindipetro) em 1959, que no ano seguinte organizaria a primeira greve do setor. Foi no Governo Jânio Quadros que pela primeira vez um civil, o geólogo Geonísio Barroso, assumiu a presidência da Petrobras, devido a pressões de sindicatos e associações profissionais baianos (Moura, 2003). Ainda na década de 50 o geólogo americano Walter Link, contratado para chefiar o Departamento de Exploração da Petrobras, publicou o relatório Link, que indicava a limitação das reservas de petróleo nas bacias terrestres e indicava a exploração no mar (Chacel, 2007).

No início dos anos 60 as refinarias sob controle do capital privado nacional estavam na mira de uma campanha de fortalecimento do monopólio estatal da Petrobras: em 1963 um decreto presidencial concedia o monopólio da importação de óleo e seus derivados à Petrobras. Na etapa seguinte, João Goulart assinou o decreto que encapava todas as cinco refinarias particulares no Brasil. Na área de exploração de petróleo, as pesquisas de viabilidade iniciadas tão logo a empresa foi instituída resultaram inconclusivas; contudo, a produção de petróleo aumentava de forma significativa. O incremento da produção fazia-se necessário frente à forte industrialização dos anos 50 e 60 – em 1959 o Brasil encontrava-se entre os dez maiores consumidores de derivados de petróleo do mundo. Para promover o desenvolvimento tecnológico brasileiro na área de petróleo em 1963 a Petrobras criou um Centro de Pesquisas no Rio de Janeiro, que viria mais tarde a se tornar o maior da América Latina (Moura, 2003).

João Goulart caiu em 31 de março de 1964, inaugurando o regime militar brasileiro, o precursor dos regimes militares latino-americanos do período. Em 11 de abril, o general Castelo Branco, ex-chefe do estado-maior do movimento que derrubou Goulart, foi escolhido presidente da República. Castelo Branco governou até 1967 e lançou mão de reformas financeira, fiscal e administrativa para lançar-se num modelo capitalista cuja economia basear-se-ia no tripé: capital

multinacional, grande capital nacional e capital estatal. As reformas abririam o caminho para a intervenção estatal na economia, tendência que se acentuaria nos governos seguintes. A intenção era criar condições para o financiamento dos investimentos indispensáveis para a retomada do crescimento e montar as bases para que a eficácia do mercado funcionasse como elemento ordenador da economia. Instituiu-se uma nova relação entre o Estado e o empresariado de modo que a organização e a vida econômica seriam geridas a partir da hegemonia de poucas e grandes empresas em cada setor (Mantega & Moraes, 1991).

A combinação entre autoritarismo e crescimento econômico deixou dividida a classe média durante a ditadura:

“De um lado, a rejeição da ordem ditatorial; o horror (e pavor) da tortura; (...) o sufocamento duro e estúpido das artes e da cultura em um dos seus momentos mais fecundos (...); De outro, a proliferação de novas profissões e atividades bem remuneradas (...), ter dinheiro para fazer turismo na Europa”. (Schwarcz, 2000:333)

Nos anos 60 e 70, a revolução não se dava apenas no campo político, mas também na vida privada. Foi época do movimento hippie, da liberação sexual, da maior experimentação das drogas e de quando minorias como mulheres, negros e homossexuais passaram a ter voz para suas reivindicações. Buscava-se a transformação da sociedade, do coletivo, mas também a transformação pessoal e dos direitos individuais. No exterior, a “Swinging London” fervia e nos Estados Unidos foi realizado o Festival de Woodstock, reunindo 600 mil pessoas. Enquanto o mundo experimentava revoluções políticas, culturais e de costumes, o Brasil da ditadura tornava-se cada vez mais retrógrado, fechado e proibitivo. Aqui, os novos hábitos da vida privada eram vistos com desdém pela esquerda tradicional e não como um fenômeno paralelo, convergente ou aliado, da mesma forma que o tropicalismo foi desprezado pelos músicos das canções de protesto. A contracultura era travessura, escapismo, inconseqüência e roubava a energia que deveria ser empregada para a revolução.

Se a Petrobras foi um dos atores que apoiavam as reformas políticas e econômicas do governo João Goulart, com a consumação do golpe militar a empresa passou a ser alvo de repressão. O marechal Osvaldo Ferreira Lopes foi

destituído da presidência da Petrobras e mantido preso por alguns dias no Forte de Copacabana e seu nome integrou a primeira lista de pessoas cujos direitos foram cassados pelo AI-1. A Refinaria de Cubatão foi invadida por militares, que retiraram os grevistas que a ocupavam, resultando em prisões e interrogatórios infundáveis. A repressão aos trabalhadores na Reduc, refinaria de Duque de Caxias, apresentou como saldo a demissão de 200 trabalhadores acusados de “agitação” (Moura, 2003). O crescimento econômico impulsionou a diversificação das atividades da empresa e a criação de subsidiárias. Desta forma, para que projetos privados na área de petroquímica fossem levados a cabo foi criada em 1967 a Petrobras Química S.A., uma vez que o regime militar estabeleceu que a Petrobras não teria participação efetiva em atividades petroquímicas.

Em 1963 a descoberta do campo de Carmópolis, em Sergipe, abriu novas perspectivas para a Petrobras fora da Bahia. Dois anos mais tarde novos campos foram descobertos no Recôncavo. Na segunda metade da década, porém, com o insucesso de inúmeras pesquisas, confirmou-se a necessidade de novas políticas de exploração. Assim, foi iniciado o projeto de exploração submarina. A transição para o mar, porém, impunha desafios tecnológicos em várias áreas e pesados investimentos em recursos financeiros e humanos. Em 1972, cinco anos após o início das explorações no mar, os resultados eram decepcionantes, pois os volumes dos campos descobertos estavam aquém do esperado. Assim, a participação relativa dos investimentos em pesquisa e produção começou a cair (Moura, 2003).

O “Milagre Econômico” do regime militar baseava-se numa política fiscal de incentivos e isenções que beneficiava especialmente o grande capital nacional e internacional. O resultado foi um crescimento acelerado da indústria integrada ao setor bancário, marcado pela fusão de empresas e a formação de conglomerados, acentuando a concentração de capital e o desenvolvimento desigual das regiões do país. A classe média viu crescerem suas oportunidades de emprego e os valores dos salários nas estatais ou grandes empresas privadas (Mantega & Moraes, 1991). O crédito estimulou o consumo, mas os reajustes salariais não corresponderam aos índices de produtividade e a concentração de renda acentuou-se nas décadas de 60 e 70. O “milagre” teve início em 1967 e em 1973, o

crescimento da economia brasileira atingiu 11,4%, taxa nunca antes registrada no país.

A repressão militar aos dissidentes do regime aumentava no mesmo ritmo do crescimento da economia. Em 1967 foi promulgada uma nova constituição, institucionalizando o estado de exceção, e é mandada cumprir a primeira Lei de Segurança Nacional, que previa a punição do crime político, de subversão e de opinião e a Lei de Imprensa, que impunha a censura prévia com a presença de agentes do governo em redações e emissoras de rádio e televisão. O governo do general Médici, entre 1969 e 1974, foi o responsável por uma grande campanha institucional visando à elevação do moral dos brasileiros. Slogans e músicas de apelo cívico foram propagados maciçamente pelos meios de comunicação e adesivos com frases de efeito eram distribuídos em escolas infantis, como “Brasil: ame-o ou deixe-o” ou “Quem não vive para servir o Brasil não serve para viver no Brasil”. O tri-campeonato brasileiro na Copa de 70 foi motivo para uma das maiores campanhas publicitárias da sua história (Mota, 1994). A Arena relatava a vitória da seleção canarinho na Copa do Mundo do México e de êxitos em outros esportes em suas campanhas eleitorais, vinculando as grandes realizações dos governos às vitórias esportivas. A interferência política incluía até a escalação da Seleção, como a exigência do presidente Médici na convocação de Dada Maravilha .

A centralização do poder Executivo Federal e a centralização do Poder Militar alcançariam seu auge com o AI-5, em 1968 e a legislação imediatamente subsequente. O Ato Institucional nº 5 não tinha prazo de extinção e atribuía ao presidente poderes para decretar, por tempo indeterminado, o estado de sítio, o recesso do Congresso e a intervenção nos Estados e também suspendia o *habeas-corpus* para crimes contra a Segurança Nacional. Na prática, não havia mais distinções entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Mendonça & Fontes, 1996).

Como alternativa à dificuldade do alargamento das fronteiras exploratórias no Brasil, na gestão de general Ernesto Geisel na presidência da Petrobras foi iniciada a exploração de petróleo no exterior, por meio de uma subsidiária constituída em 1972: Petrobras Internacional S. A., a Braspetro, que embora compartilhasse seu presidente com a Petrobras não violava o monopólio pois só

tinha autorização para operar no exterior. No mesmo ano, tiveram início pesquisas na Colômbia, no Iraque e em Madagascar. Embora novos campos houvessem sido encontrados na Bahia, em Alagoas e no Espírito Santo em 1973, os resultados não eram animadores. A participação da produção nacional no consumo brasileiro decaía sensivelmente, passando de 41,34% em 1967 para 21% em 1973. A taxa de crescimento da produção chegou a exibir índices negativos (Moura, 2003).

O general Ernesto Geisel assumiu a presidência em 15 de março de 1974, inaugurando o início do longo período de transição rumo ao governo civil – “a lenta, gradativa e segura distensão”, como preferiu descrever o presidente. O desgaste do governo Figueiredo estimulou ações oposicionistas e o restabelecimento de eleições diretas para governador em 1982 e sua seqüência de vitórias da oposição permitem vislumbrar o fim do autoritarismo militar. A censura à imprensa começa a desaparecer gradualmente no mesmo ano, aumentando a penetração da imprensa alternativa e produzindo a lenta mobilização da sociedade. Em 1977 os estudantes voltam a protestar, seguidos pelos operários. Em julho de 1979, os primeiros exilados retornam ao Brasil e o governo instituiu o pluripartidarismo. As Diretas Já, movimento civil que reivindicava eleições diretas para presidente, marca o ponto culminante da busca pela redemocratização, trazendo como resultado a posse da presidência por um civil, José Sarney, em 1985 e eleições diretas apenas em 1989 (Mendonça & Fontes, 1996).

A euforia da economia brasileira viabilizada pelo Milagre Econômico foi interrompida pela guerra árabe-israelense em 1973. Sua maior consequência direta e imediata foi a escalada dos preços do petróleo, que atingiu as economias mundiais e expôs a fragilidade do sistema econômico brasileiro, cuja crise se agravaria no ano seguinte. O choque do petróleo evidenciou um dos pontos frágeis do “milagre brasileiro”: a excessiva dependência do sistema econômico internacional, incluindo-se a importação de petróleo, que atendia a 80% do consumo interno. Se em 1974 o preço médio do produto era sete vezes maior do que em 1970, as despesas com importação se multiplicavam na mesma proporção, causando grande impacto nas contas externas do Brasil.

João Baptista Figueiredo, sucessor de Geisel, enfrentou o segundo choque do petróleo, provocado pela revolução islâmica no Irã, em 1979. O preço do barril

do petróleo novamente disparou, passando a custar 20 vezes mais do que em 1970, o que interferia na balança comercial brasileira, dificultava a obtenção de empréstimos e determinava a redução dos prazos de pagamento. A eclosão da guerra entre Irã e Iraque em setembro de 1980 contribuiu para manter os preços do petróleo em alta. Os movimentos sindicais ressurgiram, o que obrigou o governo a inaugurar sua nova política salarial, baseada em ajustes semestrais. Os erros do governo Figueiredo fizeram a década de 80 ser conhecida como “década perdida”, devido a turbulência econômica, estagnação da renda per capita e inflação galopante que se seguiram.

Para conter os impactos dos choques do petróleo a Petrobras procurou garantir o abastecimento interno adotando em 1974 a política de racionalização, voltada principalmente para gasolinas automotivas e estimulando a exploração de petróleo no Brasil. A produção tanto em terra quanto no mar crescia gradativamente, mas as novas descobertas e a evolução tecnológica não propiciavam a quantidade suficiente de petróleo para superar a dependência externa de petróleo. Assim, uma das saídas para reduzir a dependência foi o investimento em fontes alternativas de energia: em 1975 o governo lançou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que incentivava a substituição por álcool etílico da gasolina, atingindo 10 milhões de automóveis no país. O etanol foi escolhido como combustível devido aos preços baixos da cana-de-açúcar no período e o programa começou a ser questionado na medida que o preço internacional do petróleo decaía, o que tornava o álcool pouco vantajoso tanto para os consumidores quanto para os produtores. Além disso, elevou-se a cotação do açúcar no mercado internacional, levando os usineiros a preferir produzir açúcar no lugar de álcool e gerando o desabastecimento dos postos de combustível. Assim, o Proálcool caiu na descrença dos brasileiros, embora hoje em dia seja reconhecido internacionalmente como um dos maiores programas de energias renováveis do mundo.

Em 1976 surgiu mais uma subsidiária da Petrobras: a Petrobras Comércio Internacional S.A. - Interbrás, uma empresa de trading criada pra abrir mercados para os produtos brasileiros nos países exportadores de petróleo, ampliando a presença comercial da Petrobras. No mesmo período foram inauguradas mais duas refinarias.

Os desacertos da economia brasileira atingiram também os trabalhadores da indústria do petróleo, o que contribuiu para a reconstrução do movimento sindical brasileiro no final da década de 1970. Em 1977 eles desencadearam um movimento pela reposição do índice de inflação de 1973 e em 1980, os trabalhadores da Refinaria do Planalto, a maior da Petrobras, fizeram greve de fome durante a campanha salarial. O movimento reivindicava o fim do monopólio estatal, do regime militar e a luta contra a privatização. O chamado “novo sindicalismo” não se restringia apenas aos petroleiros, mas abrangia sobretudo a região do ABC paulista, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva e do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) (Moura, 2003).

A realização de eleições diretas para presidente da república foi o último obstáculo a ser ultrapassado no retorno do país à democracia. O movimento das Diretas Já arrastou milhões de pessoas para os comícios realizados em espaços públicos de cidades brasileiras. As mais diferentes correntes políticas, ideológicas, profissionais e culturais se reuniram sob o mesmo slogan e sob os mesmos palanques.

Se 1984 foi o ano do consenso, tecido pelas campanhas das Diretas Já e pela eleição e morte de Tancredo Neves, 1985 foi o ano do dissenso. Foi graças ao consenso que diversos setores da sociedade se reuniram e derrubaram o inimigo comum do regime militar, dando lugar a um novo governo. Porém, para Zuenir Ventura (2000) o consenso é mais útil para derrubar do que para edificar e os movimentos consensuais de 1984 não foram a favor de uma causa única, mas sim contra algo. As campanhas pelas Diretas Já e pró-Tancredo configuravam mais uma oposição ao regime militar do que uma nova proposta para o país. A partir da posse de Sarney, foi rompida a unidade política temporária e o poder polarizou-se entre o PMDB, uma frente matizada em termos ideológicos, mas razoavelmente ancorada no centro e o PFL, bem estabelecido do centro para a direita. A partir daí, os brasileiros experimentaríamos a alternância entre uma visão mais social-democrata e outra mais liberal na condução da política econômica, ou até mesmo o embate entre as duas correntes no interior do governo. Veremos mais adiante se a instabilidade política se refletiu na propaganda da empresa, tão fortemente influenciada pelo governo.

O discurso econômico, por sua vez, sofreu fortes mudanças na transição da década de 1970 para a de 1980. Se anteriormente as restrições do financiamento externo haviam conduzido a uma reordenação interna da estrutura produtiva com vultosas inversões estatais, na década de 1980 as empresas estatais seriam responsabilizadas como responsáveis pelo peso da dívida eterna. Assim, deveriam ceder espaço às empresas privadas, sendo objeto de cada vez menos recursos e estímulos.

Na Petrobras, o embate político se traduziu na rotatividade de ocupantes na presidência da empresa, que também sofreu com a crise econômica. A queda nos preços internacionais do petróleo para cerca de US\$ 10, decidida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) prejudicou o Próalcool – ainda que economicamente desvantajoso, o governo não poderia desistir do programa após ter estimulado a adoção do álcool como combustível em 80% dos carros em circulação no país. Além disso, a empresa foi obrigada a praticar a contenção nos valores de venda dos derivados de petróleo antes mesmo do Plano Cruzado e seus preços foram congelados por quase cinco meses em 1985, num cenário de inflação de 234% ao ano. Quando foram reajustados, a Petrobras obteve correção real de apenas 78%. A perda global registrada depois de sucessivos congelamentos foi superior a US\$ 10 bilhões (Moura, 2003). Para reverter o prejuízo, a empresa resolveu concentrar investimentos onde o retorno fosse mais rápido, ou seja, no comércio internacional, área na qual se destacava por ser a maior importadora isolada de petróleo e grande exportadora de derivados. Ainda no período, a discussão do monopólio voltou à baila, nos trabalhos da Assembléia Constituinte. A Carta de 1988, porém, reafirmou o monopólio estatal.

Na segunda metade da década de 1980 a Petrobras consolidava sua posição de destaque no domínio da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, condição em que se encontram grande parte das reservas de óleo e gás no Brasil, impulsionada pelas descobertas da Bacia de Campos na década anterior. Em 1976 teve início a produção comercial no local, no Campo de Garoupa, com lâmina d'água de 100 metros e vazão de 10 mil barris por dia. Como na época a profundidade de 100 metros era considerada águas profundas, a Petrobras teve de se associar a empresas estrangeiras para desenvolver tecnologias que

possibilitassem a produção do campo – hoje, 90% do petróleo produzido do país é proveniente do mar e as águas consideradas profundas estão entre 300 e 1500 metros, o que corresponde a 70% da produção brasileira. Graças ao desenvolvimento tecnológico o índice médio de acertos de descobertas de petróleo da Petrobras é de 33%, podendo chegar a 50% em áreas conhecidas, como a Bacia de Campos. O índice das empresas concorrentes é inferior a 20% (Moura, 2003).

Em 1986 a BR Distribuidora alcançou a marca de seis mil postos de serviço e 37% de participação de mercado, sendo a única empresa do setor a atingir todos os estados brasileiros. Sua rede de oleodutos terrestres marítimos e de gasodutos se ampliou, o que permitiu a substituição de óleo combustível por gás natural produzido no país na área industrial, trazendo impactos positivos para a balança comercial.

O final da década de 1980 e início da década de 1990 não apenas trouxeram grandes mudanças no cenário internacional – como a queda do muro de Berlim, o fim do regime soviético e da cortina de ferro no Leste Europeu, a ascensão do pensamento liberal e o conseqüente enfraquecimento da social democracia na Europa - como também no Brasil. Foi a década onde se deu o avanço da informática, com a criação da Internet, a popularização do computador pessoal e do telefone celular. Na década de 90 proliferaram-se as chamadas organizações não-governamentais, associações da sociedade civil com finalidades públicas e sem fins lucrativos para desenvolver ações em diferentes áreas com o intuito de mitigar os problemas encontrados no meio ambiente e na sociedade.

Pela primeira vez em décadas, em 1989 foram realizadas eleições democráticas para presidente da República, cujos dois principais candidatos apresentavam propostas bastante diferentes entre si. O ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello prometia a moralização política e a adoção da política neoliberal, com a redução do papel do Estado e a abertura de todos os setores ao mercado externo. Seu concorrente, o líder de esquerda Luís Inácio Lula da Silva, era a favor da limitação ao direito da propriedade privada, da estabilidade no emprego e da limitação dos encargos da dívida externa. Collor venceu as eleições e no dia seguinte à sua posse promoveu com o chamado Plano Collor, um inédito confisco monetário com destaque para o bloqueio, por 18 meses, dos saldos em todas as contas correntes e cadernetas de poupança que excedessem o montante de

50 mil cruzeiros. Também foram anunciadas medidas para abrir a economia nacional ao mercado externo, facilitando a entrada de mercadorias e capitais do exterior. Da mesma forma, foi adotado um programa de maciças privatizações de empresas estatais, com a alegação de que os recursos advindos da venda dos ativos seriam utilizados para a redução do déficit público. A transição democrática e o neoliberalismo situam a questão econômica brasileira em ponto além do antigo conflito capitais nacionais *versus* capitais estrangeiros. Tratava-se de um deslocamento de bens públicos para o setor privado e da constituição de uma estratégia para compor um novo bloco de capitais capaz de conduzir à acumulação capitalista (Costa, 2004). Embora a Petrobras não tenha sido privatizada, algumas de suas subsidiárias não resistiram à política neoliberal: a Petrobras Comércio Internacional e a Petrobras Mineração foram extintas nos dois primeiros meses de governo.

Dois anos após o início do Governo Collor as dificuldades ainda não haviam sido ultrapassadas: a inflação não se reduziu e a recessão econômica se aprofundou. Além disso, se acumulavam as denúncias de corrupção de ministros e altos funcionários do governo. Diversos setores da sociedade se organizaram em manifestações públicas pelo impeachment de Collor e em 29 de novembro o Senado votou a favor do impedimento do presidente e o vice-presidente Itamar Franco assumiu o poder. Itamar não abandonou o programa de desestatização e outras duas empresas ligadas ao sistema Petrobras – Petroquímica União e Ultrafértil - foram vendidas. Ao mesmo tempo, a empresa obteve o apoio do governo para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, uma obra de engenharia de grande porte que assinalava a aposta na diversificação da matriz energética do país, na qual até então o gás natural apresentava presença insignificante.

Em 1994 foi implantado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso o Plano Real, que finalmente pôs fim à três décadas de inflação desenfreada e substituiu a moeda vigente pelo Real, em vigor até hoje. O sucesso do Plano Real foi o suficiente para eleger Fernando Henrique Cardoso como presidente no mesmo ano. No fim da campanha eleitoral os petroleiros entraram em greve pela segunda vez na década, articulando a campanha salarial com a defesa do monopólio da exploração e a manutenção da condição de estatal para a Petrobras.

FHC governou o país por dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) e intensificou as reformas neoliberais que vinham sendo conduzidas por Collor e Itamar Franco. O Estado que emergiu neste período foi o da regulação, em lugar da intervenção: a ênfase da ação governamental estava agora dirigida para a criação e sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global, em substituição ao papel de promotor do desenvolvimento externo. A consolidação legal da abertura de barreiras ao capital se efetivou com a mudança de vários artigos da constituição. Tantas mudanças não tiveram eco no crescimento do PIB, porém, que foi o mais pífio dentre os últimos governos, com média de 1,8% entre 1995 e 2002. A vulnerabilidade externa do país às crises internacionais também foi elevada, como aconteceu em 1998 e 2002 com as crises do câmbio (Costa, 2004).

Foi o presidente Fernando Henrique quem conseguiu, finalmente, aprovar a quebra do monopólio estatal do petróleo em 9 de agosto de 1997. Antes da apresentação da proposta do relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Sarney divulgou uma carta assinada por Fernando Henrique, na qual o Governo Federal se comprometia a não privatizar a Petrobras e garantir à empresa o privilégio da exploração das 29 bacias petrolíferas já identificadas no país (Moura, 2003). A “Lei do Petróleo” abria o mercado brasileiro à competição de outras empresas com a Petrobras, mas permitia à companhia decidir no prazo de três anos o seu programa de exploração, desenvolvimento e produção no país. A lei limitava a participação da União no controle da empresa em 50% mais uma das ações com direito a voto, o que na prática forçava a venda de parte do capital total em curto prazo.

O novo modelo de exploração de petróleo no país foi acompanhado pela intensificação dos investimentos para o Gasoduto Brasil-Bolívia e a constituição de duas novas subsidiárias: a Petrobras Transporte S/A - Transpetro e a Petrobras Gás S/A – Gaspetro. Mas se a empresa se expandia e abria seu capital, no período aconteceram alguns graves acidentes ambientais que abalaram a sua imagem: em janeiro de 2000 o rompimento de um duto provocou o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, afetando todo o ecossistema da região. Meses depois, em julho do mesmo ano, quatro milhões de litros de óleo foram despejados nos rios Barigui e Iguçu, no Paraná, devido a uma ruptura na

expansão de uma tubulação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas. O acidente levou duas horas para ser detectado e transformou-se no maior desastre ambiental ocorrido na Petrobras em 25 anos. Mais grave ainda foi o acidente com a plataforma P-36, considerada a maior estrutura de exploração marítima em atividade do mundo. Na madrugada de 15 de março de 2000 uma série de explosões na estrutura vitimou 11 trabalhadores e fez submergir a plataforma, que havia custado mais de US\$ 500 milhões (Moura, 2003).

Em janeiro de 2003 Luís Inácio Lula da Silva assumiu o poder no Brasil, após uma campanha eleitoral na qual as arestas da sua imagem conflitiva e combativa foram aparadas. Desta forma, foi possível que pela primeira vez que um representante da esquerda política brasileira tenha sido eleito presidente da República em um processo democrático. Embora o Partido dos Trabalhadores seja tradicionalmente de esquerda, Lula não tomou nenhuma iniciativa, de ordem política ou legal, para modificar acordos e contratos assumidos na gestão anterior, movendo-se dentro dos marcos estruturais pré-fixados e deu continuidade às chamadas reformas estruturais, com a privatização de bancos públicos e a reforma previdenciária (Soares, 2004). Se a possibilidade da eleição de um presidente de cunho socialista elevou a desconfiança internacional com o país, fazendo disparar o dólar e o risco Brasil nos meses anteriores à eleição do presidente, o governo Lula mostrou-se capaz de promover a estabilidade econômica, mantendo controlados os níveis de inflação, embora com baixo crescimento do PIB anual. Existe no governo, porém, a combinação da política monetarista com iniciativas de caráter socioassistencial e de defesa formal dos direitos do cidadão: o papel do Estado na Era Lula é o de proteger os investimentos capitalistas, mas atendendo melhor aos programas governamentais e o interesse público. O presidente goza de alta popularidade dentre as camadas mais pobres da população, em grande parte devido ao sucesso de programas sociais como o Fome Zero, que objetiva a erradicação da fome e da pobreza extrema no país, e seus subprogramas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Lula foi reeleito em 2006.

A Petrobras, por sua vez, adentrou o século 21 para completar 50 anos de existência em 2003 e alcançar a autossuficiência na produção de petróleo em 2006. Ambas as datas foram celebradas publicamente em cerimônias com a

presença do presidente da República e do mais alto escalão do governo, além de serem motivo para gigantescas campanhas publicitárias em rádio, revistas, jornais, internet e televisão, além de peças para painéis e de mobiliário urbano – algumas peças de ambas as campanhas serão analisadas no capítulo quatro. Como uma companhia mista e não mais monopolista, em 31/07/2008 a Petrobras contava com 32,2% de suas ações pertencentes à União, que possui 55% dos papéis com direito a voto e, portanto, controla a empresa. Em 2007, a companhia totalizou a produção de 2,3 milhões de barris de óleo equivalente, 109 plataformas de produção e 11 refinarias. A quebra do monopólio estatal de petróleo não comprometeu a Petrobras: a empresa detém 98% do mercado de produção, refino, importação e transporte de petróleo e 32% do mercado de distribuição de derivados⁵.

O ritmo de crescimento mundial, em especial o de países como a China e a Índia, acena com a necessidade de serem desenvolvidas outras fontes de obtenção de energia, uma vez que as reservas de petróleo e gás natural são finitas. Assim, a Petrobras e outras empresas investem em fontes renováveis, como energia eólica, solar, térmica e hidrogênio combustível. Em especial, pode-se apontar os biocombustíveis, produzidos a partir de biomassa e derivados de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, plantas oleaginosas e gordura animal. Os biocombustíveis podem ser usados isoladamente ou adicionados aos combustíveis convencionais e o Brasil é pioneiro neste setor devido ao Proalcool. O Brasil também adotou o biodiesel, que é adicionado na fração de 5% ao diesel comum vendido nos postos de serviços. A empresa anuncia em seu site que pretende chegar ao ano de 2020 como uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo, com forte atuação internacional e sendo reconhecida como líder mundial em biocombustíveis.

É, porém, a exploração e produção de petróleo a maior atividade da Petrobras. É este o setor que sustenta a empresa e é para onde são destinados os maiores investimentos. Desde 2005 a companhia atingia picos de autossuficiência em determinados dias, mas apenas no final do ano de 2006 este patamar foi alcançado de forma sustentável, sem que houvesse possibilidade de reversão, meta almejada desde a criação da Petrobras. A entrada em operação dos 16 poços

⁵ dados disponíveis em <http://www.petrobras.com.br/ri>

produtores da plataforma P-50 na Bacia de Campos permitiu que o Brasil produzisse dois milhões de barris de petróleo por dia, quantidade suficiente para cobrir a demanda interna de 1,8 milhão de barris diários e ainda exportar o excedente, obtendo média de produção anual superior ao consumo. A autossuficiência na produção de petróleo é tida como uma garantia de segurança de abastecimento ao mercado brasileiro, deixando o país resguardado da volatilidade do preço dos mercados internacionais.

Na primeira década da virada do século XXI foram descobertas novas jazidas de petróleo de excelente qualidade localizadas na região denominada pré-sal, nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil, que poderão elevar significativamente as reservas da Petrobras – apenas os campos de Tupi e Iara podem aumentar em 80% as reservas da companhia. A descoberta dos reservatórios gigantes abre a perspectiva, também, de um aumento significativo das reservas brasileiras de gás natural, pois estima-se que o volume de gás dessas acumulações poderá tornar o país independente no abastecimento do produto atualmente importado da Bolívia.

A camada pré-sal possui cerca de 800 quilômetros de extensão por 200 quilômetros de largura e vai desde o litoral do Espírito Santo até Santa Catarina. As jazidas encontradas são de óleo leve, o que pode alterar o caráter das importações de petróleo brasileiras e o início da produção do campo de Tupi está estimado para 2010, o que corresponderá a 5% da produção nacional⁶. Diversas tecnologias estão sendo desenvolvidas para a produção no pré-sal, que requer poços de profundidade final de mais de sete mil metros abaixo do nível do mar.

Neste capítulo retomamos as principais características associadas ao povo brasileiro e fizemos uma breve revisão de sua história e da história da Petrobras. No capítulo anterior estudamos os principais mecanismos da publicidade, revimos algumas das principais teorias de comunicação de massa e, por fim, verificamos como cultura, publicidade e consumo se relacionam na nossa sociedade. Agora, no capítulo três, iremos relacionar todo o conteúdo reunido até aqui com as propagandas da Petrobras, para verificar de que forma o brasileiro é representado no discurso da empresa.

⁶ dados disponíveis em <http://www.petrobras.com.br/>